

46.º Aniversário do 25 de abril de 1974

Paços do Concelho

25 abril 2020

1

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Dr. Isaltino Morais

Senhora Presidente da Assembleia Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O 25 de abril de 1974 rompeu, naquela madrugada de liberdade, a longa noite da ditadura que Portugal viveu.

Fora do tempo e da história, o regime do Estado Novo calou o Povo português, condicionando-o a um fatídico destino de atraso, desigualdades e pobreza. Esse destino não foi a Providência que deu, foi a ditadura que nos impôs.

O movimento de capitães que fez romper a nossa aurora, constituiu o grupo de bravos que gritou bem alto, que um Povo pode estar muito tempo silenciado, mas que a sua alma não pode ser esmagada.

E é a alma do nosso Povo, que todos os anos comemoramos neste dia. O 25 de abril representou um dos mais importantes momentos de coragem do nosso Povo, por isso este dia é seu.

E por isso o invocamos.

E por isso o celebramos.

O 25 de abril não é de nenhuma força política, nem é de movimento algum. Se um grupo de jovens oficiais, lançou o renascimento da nossa liberdade, rapidamente o Povo assumiu como seu o que é seu: o seu destino! E esse grupo de oficiais em bom tempo prescindiu, deixou a democracia fluir.

E muitas foram as vicissitudes do processo revolucionário até à estabilização democrática.

Porque nem todos almejam aquilo que se designava de modelo de democracia Ocidental. Alguns, poucos, sonhavam com outras ditaduras. E foi o povo que nas ruas e nas eleições foi construindo o seu futuro. Futuro que se faz todos os dias, porque a democracia é um processo sempre carente de salvaguardas e aprofundamento.

A defesa da democracia requer a mobilização permanente e cidadãos cada vez mais conscientes dos seus direitos, que possam opô-los ao Estado que, nem sempre os respeita por conveniência, pela oportunidade ou pela incapacidade ou mesmo propósito dos governantes.

Povo nenhum nasceu para estar confinado. Nenhuma noite é eterna!

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Invocamos este dia fundador da nossa democracia num momento particularmente complexo para a nossa comunidade. A pandemia que nos mudou a vida, fez-nos novamente sentir, desde 1974, a sensação de falta de liberdade.

Não obstante a atual falta de liberdade que sentimos, imaginemo-la em ditadura!

Das cheias de 1967 há relatos, discretos necessariamente, dos corpos que chegavam à foz das ribeiras do Concelho. Foi uma imensa catástrofe social e humana, para a qual o Estado não estava preparado e a qual decidiu omitir.

Isto em democracia não é possível!

Em ditadura, esta seria uma oportunidade de ouro para instalar sistemas de vigilância sobre os cidadãos e, ou, para retirar ou suprimir direitos, particularmente com os meios tecnológicos que hoje temos ao nosso dispor – capazes de, finalmente, fazer a Humanidade numa distopia de vigilância centralizada.

A democracia é, efetivamente, a barreira que impede quer a barbárie, quer a prepotência do déspota. Também por isso é preciso estar aqui hoje, invocando a importância do 25 de abril, como momento fundador do nosso regime democrático e da nossa Liberdade.

O ritual de invocarmos e celebrarmos o 25 de abril não é uma futilidade dos políticos, é, antes de mais, um momento de celebração da liberdade humana, da liberdade dos portugueses.

Por essa razão, não compreendemos por que se deveriam os políticos e o povo em geral, de se abster de celebrar algo que é tão intrínseco à natureza humana e que é seu dever preservar.

Percebemos, em políticos que não amam o 25 de abril, como não amam a Liberdade – pelo menos a dos outros... Também os há. Sejam eles os saudosistas do Estado Novo ou as recentes excrescências populistas e neoliberais da nossa democracia. Que, aliás, só a democracia permite a sua existência. De outro modo já não era democracia.

Há, também aqueles que, por tacticismo político ou por manifesta incompreensão global do fenómeno democrático, se refugiam em argumentos estapafúrdios para não promover a celebração da liberdade. É normalmente este tipo de político que, por olhar sobretudo ao oportunismo político e ao tacticismo do momento, abre espaço àquelas excrescências.

Naturalmente, que as celebrações, este ano, devem ser realizadas de modo comedido, respeitando a especificidade do momento, mas os políticos não se podem esconder. As celebrações do 25 de abril devem ser realizadas, honrando o confinamento geral do País e as regras de distanciamento social indicadas pelas autoridades de saúde.

Apesar de todos estes constrangimentos, os políticos não podem ficar em casa, nem podem ter medo de assumir a defesa da causa da liberdade. A cobardia nunca é virtude nos políticos.

Esta situação é tão mais real quanto os políticos executivos não podem ficar em casa. Eles são também e muito bem a linha da frente. Como ainda há poucas semanas o ex-Presidente Ramalho Eanes referiu. Os políticos são verdadeira linha da frente, porque garantem a logística de todo o pessoal, agora considerado essencial: pessoal de saúde, forças de segurança, bombeiros, cantoneiros, cuidadores de idosos, voluntários etc. A eles cabe a definição de estratégias, leia-se políticas públicas.

Os políticos que sentem a responsabilidade do cargo e que sentem a importância de defender a liberdade, não podem ficar em casa, dizem presente. É dizendo presente que os democratas impedem que qualquer força política assuma como seu, o património do 25 de abril, ou da defesa da Liberdade.

Em Oeiras não discutimos as datas essenciais, da construção democrática em Portugal: reconhecemos a importância do 25 de novembro, porque ali terminou o processo revolucionário que visava impor outra ditadura ao nosso País, mas não esquecemos que foi com o 25 de abril que o caminho da liberdade se abriu.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Não foi apenas a liberdade que o 25 de abril trouxe. Trouxe-nos um Estado reforçado para defesa da dignidade da pessoa humana, com universalização do acesso aos cuidados de saúde e educação.

E como está, hoje, à vista de todos, a importância destes cuidados.

Nos últimos anos, uma ideologia de 5ª categoria, o neoliberalismo, intoxicou o espaço público e tornou-se dominante no ocidente. O Estado devia ser o mínimo e era o inimigo. Os funcionários públicos, esses, eram o demónio.

Hoje, aplaudimos os profissionais de saúde que todos os dias asseguram cuidados num ambiente inimaginável em tempos de paz.

Hoje, pedimos aos professores que se adaptem à pressa ao ensino à distância, com recurso às novas tecnologias e muitos deles, fazem-no enquanto cuidam dos filhos em casa.

Hoje, reconhecemos aos bombeiros a coragem, generosidade e abnegação perante a adversidade, são eles que poem em risco a sua saúde para levar quem precisa a receber cuidados de saúde.

Hoje, agradecemos aos profissionais das forças de autoridade e da segurança ao assegurarem o cumprimento zeloso do estado de emergência.

6

Hoje, olhamos com admiração o trabalho dos cantoneiros de limpeza que de manhã à noite cuidam de manter o nosso espaço público limpo e cuidado.

Hoje, reconhecemos o trabalho de autarcas dos Municípios e das Freguesias que em trabalho voluntário servem as suas populações.

Todos estes trabalhadores têm em comum o facto de serem na sua maioria funcionários públicos e das suas carreiras profissionais terem sido sucessivamente depreciadas no quadro geral.

Curioso, como este vírus teve o condão de nos mostrar o que são realmente as funções essenciais.

Onde estão agora os vendedores do templo que pediam privatizações e Estado mínimo? Quem julga convenientemente quem desarmou o Estado com sofismas que pediam sucessivamente cortes atrás de cortes?

Aos funcionários públicos não são pedidos mais cortes. Agora pedem-se mais sacrifícios e aplaude-se o trabalho, mas há menos de um ano alguns programas eleitorais pediam o fim do serviço nacional de saúde!

Curiosamente, ou não, alguns dos que antes pediam cortes e privatizações, sem pudor, pedem agora ajudas a fundo perdido, esquecendo que estas ajudas são dadas com dinheiro dos contribuintes, muitos deles com poucos recursos, a quem pretendiam negar direitos sociais. Onde está hoje a sobrançeria dos neoliberais? Onde está a sua prepotência?

A emergência do neoliberalismo representou uma traição aos interesses gerais e ao bem-comum, pois, substituindo-se o capitalismo democrático, pelo capitalismo financeiro, substituiu-se a prazo a democracia pela plutocracia, abrindo espaço aos populistas pela falta de coesão social e decência do modelo.

Esta não é a primeira vez que fazemos alusão a estes problemas nas cerimónias do 25 de abril, em Oeiras. Mas há lições que devemos retirar e esta crise tem de representar um momento de aprendizagem coletiva: nem Estado mínimo, nem Estado máximo, o que é importante definir é o Estado necessário!

O Estado necessário que há muitos anos tenho referido, é aquele que defende a soberania e os direitos e necessidades dos cidadãos, não apenas nas conjunturas ou nos momentos, mas o que consiga preparar estrategicamente o futuro. É este quadro global que se perde com as abordagens simplificadoras dos últimos anos. Depois, quando as crises chegam, o Estado tem dificuldade para responder, porque não foi programado estrategicamente para as necessidades, mas para o momento conjuntural e de acordo com ideologias que não servem o povo, antes visam alcançar números, lucro, dividendos, resultados financeiros. Aí, as pessoas, não passam de números.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A nossa dimensão estratégica foi sempre uma preocupação central do Município de Oeiras. Foi através dessa dimensão estratégica que fizemos o nosso desenvolvimento nas últimas décadas.

E foi esta dimensão estratégica que nos tem permitido construir a resposta municipal em tempos de crise, assente em dois pilares: promovendo a resposta de emergência e preparando a resposta de médio e longo prazo.

No que respeita à resposta de emergência foi decidido, no início da pandemia, criar um grupo de crise para coordenar a resposta imediata do Município e foram informadas, também no primeiro momento, que iríamos apoiar todas as instituições e pessoas carenciadas do Concelho no que estas necessitassem, e quando dizemos todas, é mesmo todas!

À polícia, bombeiros, hospitais (São Francisco Xavier e São João de Deus) e IPSS foram entregues equipamentos de proteção individual que permitissem aos seus trabalhadores continuarem a resposta nas suas áreas específicas. Máscaras, luvas, viseiras ou fatos de proteção, garantimos que nada faltasse a quem não pode ficar em casa!

As escolas, esquadras, centros de saúde, lares e viaturas (municipais, táxis ou carros funerários), são objeto de desinfeção e nebulização, garantindo condições de segurança a quem trabalha e aos utentes.

O espaço público tem sido regularmente limpo e desinfetado com apoio dos SIMAS, do Departamento de Ambiente da Câmara, das Freguesias e das corporações de bombeiros do Concelho, oferecendo segurança aos nossos munícipes.

A estes grupos e a famílias e idosos carenciados ou isolados, garantimos também refeições durante este período. Até à data de hoje o Município serviu mais de 27 mil refeições.

Considerando os riscos que estes profissionais correm, foi desde logo montado um sistema de hospedagem dos profissionais de saúde que não podiam ir a casa, para não colocarem as suas famílias em risco, no Hotel Solplay.

No Hotel Real colocámos os profissionais das funções essenciais em quarentena e, no Hotel Sol Palmeiras, os infetados pelo vírus.

Assegurámos condições de dignidade e conforto a quem por toda a nossa comunidade está a correr tantos riscos.

A população sem-abrigo teve imediatas condições de alojamento em equipamento da Santa Casa da Misericórdia, em Paço de Arcos, com alojamento, alimentação e apoio medicamentoso. Nada faltou.

Para a população de risco, foi montado imediatamente um sistema de voluntários, que já conta com mais de 300 inscritos. Aproveitamos para saudar o voluntariado, as Freguesias e seus autarcas, as IPSS e generosidade dos oeirenses, que todos os dias levam a casa destas pessoas, refeições, compras domésticas e medicamentos.

Porque sabíamos que esta situação criaria dificuldades nas pessoas em confinamento, foram desde logo criadas linhas de emergência social e de apoio psicológico que, em conjunto, já foram realizados cerca de 400 atendimentos.

No apoio específico ao Serviço Nacional de Saúde, foram entregues já doze ventiladores ao Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, dez deles doados ao Município de Oeiras pela Senhora Ming, aguardando-se a chegada de mais 41 ventiladores da nossa encomenda.

Foram também já entregues àquele centro hospitalar 60 seringas elétricas e 30 bombas elétricas para apoio aos cuidados intensivos.

Naturalmente que este equipamento hospitalar específico, que pode ajudar a salvar muitas vidas de portugueses, se soma ao equipamento de proteção individual para médicos, enfermeiros e auxiliares já entregue.

Para as IPSS's, para além dos apoios atrás referidos, foi aprovado um apoio suplementar de 500 mil euros, tendo o Município informado que apoiaria com tudo o que fosse necessário. Não admitimos que ninguém passe dificuldades, em Oeiras, em virtude desta pandemia.

Também por sabermos das dificuldades sociais que adviriam da pandemia, adiámos o pagamento das rendas das casas municipais, e reforçamos o Fundo de Apoio Social em 750 mil euros, passando de 250 mil para 1 milhão de euros.

Há medida que o retorno à normalidade se vá processando, regressando os trabalhadores ao trabalho e os alunos à escola, estamos preparados para a distribuição de EPIS onde for necessário: à população em geral e aos estudantes e professores em particular.

No que respeita à resposta interna, foram – num muito curto espaço de tempo – colocados em teletrabalho mais de 600 funcionários municipais, com uma resposta extraordinária dos serviços de suporte. Sem preparação estratégica anterior, esta operação nunca seria possível.

Estes funcionários não apenas utilizam as plataformas municipais para poderem trabalhar à distância, como também recorrem quase todos eles ao apoio dos serviços e, mais de 200, trabalham em casa com recurso a equipamentos informáticos do Município, temporariamente colocados nas suas residências.

Foi também a cultura de preparação estratégica do Município que nos permitiu dar a resposta que demos em matéria de educação. Em tempo recorde acelerámos alguns dos programas que tínhamos em evolução, e

disponibilizamos equipamentos informáticos, internet e a plataforma para que em Oeiras a escola pudesse continuar e, lembro, com total proteção de dados pessoais.

Também medidas de natureza económica já foram tomadas. Desde isenção de taxas e rendas do Município, isenção de pagamento de parquímetros, adiamento do pagamento da água e saneamento, medidas estas, que serão complementadas, brevemente, com outras medidas que visam o apoio às pequenas e médias empresas.

E, não tenho dúvidas, estamos prontos para prosseguir, para além do pos-covid, com apoios sociais às instituições de socorro e de solidariedade social, porquanto tais necessidades irão merecer atenção por mais algum tempo. Para além, obviamente, do fato, de, com a pandemia, terem sido identificadas situações que já antes dela, careciam de apoio e atenção.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

11

Os apoios aprovados pelo Município visam proteger a nossa comunidade, aliviar as dificuldades dos que mais sofrem com esta crise e preparar o futuro.

Neste tempo, numa crise que não é só nossa, é efetivamente uma crise global, importa dar uma palavra para os povos que chamamos de irmãos. Os povos da CPLP, sobretudo os dos países africanos de língua portuguesa, estarão entre aqueles que podem estar sujeitos a maior impacto desta pandemia.

Assim, porque Oeiras sempre soube ser solidário com as nossas cidades irmãs, quero aqui transmitir que, enviaremos também um pacote de ajuda para elas, centrada em equipamentos de proteção, luvas, máscaras e fatos, que possibilitem um mais eficaz combate ao novo corona vírus.

Como fazemos com os oeirenses, suas instituições, com instituições do Estado central e com outros municípios, colocamo-nos à disposição para ajudar. A

fraternidade não se proclama, a fraternidade pratica-se, e cabe aos poderes públicos darem o sinal de ajuda a quem precisa.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Devemos, de todas as crises, retirar os devidos ensinamentos.

Em primeiro lugar, referente a um tempo que necessariamente tem de acabar, o tempo da desigualdade. Não mais é possível ignorar que o modelo de desenvolvimento económico, social e ambiental que vinha sendo seguido não servia a maior parte da população mundial.

Urge criar um modelo de governação do sistema internacional capaz de regular a globalização, mais democratizadora, que sirva efetivamente as pessoas, numa efetiva fraternidade universal.

12

Em segundo lugar, importa retirar o ensinamento sobre a importância e o papel do Estado na nossa comunidade. O Estado é uma construção humana, uma abstração que organiza uma comunidade, e de quem depende o bem-comum. O Estado português, o seu aparelho público e os seus funcionários, apesar de tão atacado e tão atacados nas últimas décadas, tem respondido de forma essencialmente muito competente.

Esta resposta apenas foi possível pelo ambiente político saudável que vivemos, exceto por parte de algumas forças ou atores políticos que não compreendem bem a democracia ou a urgência do momento.

E esta saúde democrática estende-se também ao papel dos municípios e dos autarcas. Se dúvidas houvesse sobre a importância do poder local, dos autarcas e sua ligação à comunidade, creio que esta crise as dissipou. Desde o primeiro momento os autarcas dos Municípios e das Freguesias disseram

presente. O papel das autarquias tem sido essencial para responder com a eficiência que se reconhece a esta crise.

Importa salientar que os municípios são... Estado. O Poder Local é o nível de poder mais próximo das populações mas faz parte do edifício comum a que chamamos Estado.

Por fim, e para terminar, apenas uma palavra sobre a importância de retirar os devidos ensinamentos da forma como se faz política. Disse, há pouco, que muita da qualidade da nossa resposta está relacionada com o ambiente político saudável que, hoje se respira em Portugal.

A atual crise, e a crise que pode depois chegar, apenas podem ser combatidas com cooperação. Este é um momento essencial de resposta de emergência, haverá um tempo para avaliar a resposta. Esse tempo não é este.

Sabemos que a política não acabou, a democracia não está encerrada para balanço, mas os políticos têm de compreender que, mais do que nunca, viveremos uma fase na qual a cooperação, nacional e internacional, será essencial para construir o futuro, para erguer as respostas e os edifícios do tempo novo.

Importa, como tal, pedir contenção aos agentes políticos, pedir que sosseguem os egos e que reflitam, queiram ser sobretudo parte da solução. Não pode haver aproveitamentos políticos menores ou arranjar questões sem importância para nos dividir, este é um tempo de união. Aliás, creio que, atendendo aos meus cabelos brancos, também já posso dar conselhos: o povo saberá julgar quem quiser dividir! E saberá premiar quem escolher o País, a sua comunidade, e ponha de parte interesses pessoais e políticas conjunturais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Termino, fazendo apenas uma alusão às comemorações do 25 de abril em Oeiras. Ao programa cultural riquíssimo que construímos e que oferecemos aos oeirenses e a todos os portugueses.

Começámos ontem o nosso programa, num horário aproximado ao das senhas que marcaram o início das operações que fizeram nascer a oriente o sol luminoso que terminou a noite escura da ditadura.

A todos convido para acompanharem o programa e que, com o recolhimento possível e aconselhado, apenas e só por questões de saúde, celebrem a vida e a liberdade. Nenhuma noite é eterna. Como tão bem nos disse Sophia,

“Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo”

14

Tenhamos calma, coragem, confiança e muita esperança!

Viva o 25 de abril.

Viva a Liberdade.

Viva Oeiras.

Viva Portugal.

ISALTINO MORAIS

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS